



Vida Económica

10-10-2014

Periodicidade: Semanal	Temática: Economia
Classe: Economia/Neócios	Dimensão: 491
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 26000	Página (s): 1/47

Economia paralela representa 27% da oferta de oficinas do país



Pág. 47

Economia paralela representa 27% da oferta de oficinas do país



António Teixeira Lopes (ARAN), Alexandre Ferreira (ANECRA) e Joaquim Candeias (ACAP) foram os responsáveis associativos presentes no encontro.

AQUILES PINTO
aquilespinto@vidaeconomica.pt

As oficinas ilegais representam 27% da oferta total no país, de acordo com o presidente da Associação Nacional do Ramo Automóvel (ARAN). "As oficinas não legais proveem, em grande parte, das oficinas legais que fecharam com a crise, depois de 2006 e, sobretudo, depois de 2008", referiu António Teixeira Lopes num encontro inter-associativo promovido pela revista "Turbo Oficina" na Expomecânica, feira do setor que se realizou no passado fim de semana, na Exponor. Associação Automóvel de Portugal (ACAP) e Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) foram, além da ARAN, as associações presentes.

Teixeira Lopes indicou que as oficinas legais no presente serão 6700, quando em 2007 eram 8200. "Desde 2006, têm encerrado todos os anos 3,5% das oficinas", disse o presidente da ARAN, que contabiliza "cerca de 2500 oficinas não legais" a operar em Portugal.

Os representantes das associações presentes avisam, aliás, que muitas das oficinas legais têm dificuldades em cumprir com a legislação fiscal, ambiental, de licenciamento e da segurança social, seja pela exigência destas, seja pela falta de profissionalis-

mo de alguns gestores destas microempresas. "Dessas 6700 oficinas, muitas também não têm sempre comportamentos legais. Ou seja, também não são legais. Muitas vezes, essas pessoas também não têm noção de gestão de empresas. Por outro lado, a fiscalização só incide sobre quem tem uma parta aberta", referiu o presidente da divisão do comércio independente de peças da ACAP, Joaquim Candeias.

O vice-presidente da ANECRA, Alexandre Ferreira, concorda com essa realidade. "Cerca de 50% dos operadores trabalham de uma forma apenas parcialmente legal", disse, antes de referir que este é um problema antigo, citando um artigo da revista da sua associação de 1988 que trata "a problemática dos clandestinos". Alexandre Ferreira realçou, por isso, ser importante que algo mude. "Se nada for feito para resolver o problema, daqui por 40 anos continuaremos a discutir os ilegais", avisou.

Economia paralela representa "900 milhões de euros"

O presidente da ARAN contabiliza que "a atividade oficial paralela não estará muito longe de representar 900 milhões de euros em Portugal". O representante da ACAP salienta que "a pedagogia tem de ser o caminho".

Os presentes apontaram várias soluções para reduzir a concorrência desleal pela parte dos operadores paralelos. A ARAN elencou 21 medidas para, por um lado, reduzir a quantidade de operadores ilegais e, por outro, potenciar a competitividade dos reparadores devidamente estabelecidos. Destaque para a fiscalização aos ilegais (incluindo nos horários for de expediente), para a venda de peças com desconto apenas a profissionais filiados em associações do setor e para as seguradoras não poderem indemnizar diretamente o lesado.

A ANECRA congrega as propostas em duas. Primeiro, a obrigatoriedade de apresentação de faturas dos serviços relativos ao plano de manutenção preconizado pela marca. "Isto permitiria precaver a evasão fiscal, a questão ambiental e a segurança", destacou Alexandre Ferreira. A segunda medida proposta pela associação é a obrigatoriedade da venda de peças e consumíveis pressupor a inscrição do número de contribuinte do comprador a fatura.

A ACAP defende, por seu turno, a continuação da campanha "Right to Repair", para que os independentes possam reparar e efetuar a manutenção às viaturas desde o km zero. Também o dossier da telemática (as viaturas passarem a ter comunicação com a marca) é importante para a ACAP.